



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
8ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Registro: 2012.0000505891

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0186876-49.2012.8.26.0000, da Comarca de Francisco Morato, em que é investigado JOSÉ APARECIDO BRESSANE (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO).

ACORDAM, em 8ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "POR VOTAÇÃO UNÂNIME, DETERMINARAM A REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores AMADO DE FARIA (Presidente), MARCO ANTÔNIO COGAN E MOREIRA DA SILVA.

São Paulo, 27 de setembro de 2012.

Louri Barbiero
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
8ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

VOTO Nº 12144

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0186876-49.2012.8.26

INVESTIGADO (A): JOSÉ APARECIDO BRESSANE (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO)

COMARCA: FRANCISCO MORATO

Trata-se de INQUÉRITO POLICIAL instaurado para apuração de eventual crime de fraude à licitação, que teria sido praticado por JOSÉ APARECIDO BRESSANE (Prefeito do Município de Francisco Morato), no procedimento licitatório Carta Convite nº 48/2004, em que se consagrou vencedora a empresa Costa e Silva Projetos S/C Ltda.

A douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pela remessa dos autos ao Ministério Público Federal, por se tratar de competência da Justiça Federal (fls. 611/613).

É O RELATÓRIO.

Assiste razão à douta Procuradoria Geral de Justiça.

Com efeito, conforme se depreende da cláusula sexta do Contrato Particular decorrente do Convite nº 48/2004, celebrado entre a Prefeitura de Francisco Morato e a empresa Costa e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
8ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

Silva Projetos S/C Ltda. (fls. 80/83), bem como da Nota de Empenho de fls. 85, os serviços contratados foram pagos com recursos da FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), ou seja, se houve fraude à licitação, ela está atrelada a eventual irregularidade na aplicação de verbas federais, por envolver gestão de verbas educacionais, que, nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, por atingir interesse jurídico federal, é de atribuição do Ministério Público Federal.

Acerca da matéria já decidiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal:

“CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, I, f, CF. FUNDEF. COMPOSIÇÃO. ATRIBUIÇÃO EM RAZÃO DA MATÉRIA. ART. 109, I E IV, CF. 1. Conflito negativo de atribuições entre órgãos de atuação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual a respeito dos fatos constantes de procedimento administrativo. 2. O art. 102, I, f, da Constituição da República recomenda que o presente conflito de atribuição entre os membros do Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo subsuma-se à competência do Supremo Tribunal Federal . 3. A sistemática de formação do FUNDEF impõe, para a definição de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, adequada delimitação da natureza cível ou criminal da matéria envolvida 4.A competência penal, uma vez presente o interesse da União, justifica a competência da Justiça Federal (art. 109, IV, CF/88) não se restringindo ao aspecto econômico, podendo justificá-la questões de

ordem moral. In casu, assume peculiar relevância o papel da União na manutenção e na fiscalização dos recursos do FUNDEF, por isso o seu interesse moral (político-social) em assegurar sua adequada destinação, o que atrai a competência da Justiça Federal, em caráter excepcional, para julgar os crimes praticados em detrimento dessas verbas e a atribuição do Ministério Público Federal para investigar os fatos e propor eventual ação penal. 5. A competência da Justiça Federal na esfera cível somente se verifica quando a União tiver legítimo interesse para atuar como autora, ré, assistente ou opoente, conforme disposto no art. 109, inciso I, da Constituição. A princípio, a União não teria legítimo interesse processual, pois, além de não lhe pertencerem os recursos desviados (diante da ausência de repasse de recursos federais a título de complementação), tampouco o ato de improbidade seria imputável a agente público federal. 6. Conflito de atribuições conhecido, com declaração de atribuição ao órgão de atuação do Ministério Público Federal para averiguar eventual ocorrência de ilícito penal e a atribuição do Ministério Público do Estado de São Paulo para apurar hipótese de improbidade administrativa, sem prejuízo de posterior deslocamento de competência à Justiça Federal, caso haja intervenção da União ou diante do reconhecimento ulterior de lesão ao patrimônio nacional nessa última hipótese." (STF – ACO nº 1109/SP – Ministra Ellen Gracie – Tribunal Pleno – 05.10.2011 – DJE 07.03.2012).

Ante o exposto, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
8ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL

LOURI BARBIERO
Relator